



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12745 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT09 - Trabalho e Educação

AS EXPERIÊNCIAS DE ENSINO MÉDIO INTEGRADO NAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS

Ramon de Oliveira - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPQ

AS EXPERIÊNCIAS DE ENSINO MÉDIO INTEGRADO NAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS

Resumo: Discute-se a materialização do ensino médio integrado nas escolas das redes estaduais, tendo como referência as teses e dissertações produzidas entre **2006 e 2020**. Usando como base os dados abertos da CAPES, foram selecionados 43 dissertações e 03 teses. Conclui-se que apenas 12 estados brasileiros tiveram suas experiências investigadas em profundidade e que as dinâmicas de implantação em cada escola ou rede assumem contornos muito distintos. Constatou-se que as dinâmicas internas, as condições de infraestrutura de cada escola, a, o papel da gestão, a troca de governo, composição e as condições de trabalho do corpo docente etc., definem processualidades diversas nestas experiências. Os trabalhos apontam que as maiores dificuldades para a implantação decorreram da precariedade da infraestrutura disponível, do desconhecimento sobre a proposta de integração, a falta de formação continuada, ausência de planejamento coletivo e excesso de trabalho dos professores. Registra-se também que algumas redes estabeleceram parcerias com a iniciativa privada para a implantação do ensino médio integrado, o que terminava por desconfigurar a proposta que vinha sendo construída pelo governo federal.

Palavras-chave: Ensino médio integrado, Escolas estaduais, Educação profissional.

As experiências de ensino médio integrado têm se configurado como um avanço no processo de formação da juventude trabalhadora no Brasil, uma vez que, como disseram Araújo e Frigotto (2015, p. 62), “não (é) apenas uma forma de oferta da educação profissional de nível médio, o ensino integrado é uma proposição pedagógica que se compromete com a utopia de uma formação inteira”.

O ensino médio integrado, ainda que não possa ser visto como projeto último de formação escolar que interessa à classe trabalhadora (NOSELLA, 2011)– e como destacaram Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), ele não se confunde com a escola unitária e politécnica–; não podemos deixar de reconhecer que tem se configurado como projeto de formação que confronta à histórica dualidade da educação profissional e do ensino médio no Brasil.

Embora tenham sido contraditórias algumas políticas estabelecidas nos governos Lula e Dilma Rousseff para a educação (LIMA; MACIEL, 2022), a ampliação da rede federal de educação profissional e tecnológica e, com ela, o fortalecimento das experiências de ensino médio integrado, fizeram frente às desigualdades que historicamente determinam para os pobres a oferta de uma escola pobre e precária (ARAÚJO, 2019), promovendo-se uma formação de caráter mais íntegro e menos desigual.

Ressaltamos a importância do ensino médio integrado como uma política mais atenta aos interesses dos jovens mais pobres da população brasileira e entendemos que a contrarreforma do ensino médio representa mais um ataque à educação por parte das elites brasileiras e busca atender aos interesses dos grupos empresariais (GONÇALVES, 2017). Sendo a oferta do ensino médio integrado um dos alvos deste ataque, intuímos ser importante voltarmos nossa atenção às experiências de ensino médio integrado, uma vez que a defesa destas experiências se configura como ação concreta de enfrentamento e resistência ao projeto reacionário e privatista da contrarreforma do ensino médio (Lei nº 13415/2017).

No entanto é importante ressaltar que a preocupação como o ensino médio integrado não se justifica apenas em função da defesa dos seus princípios filosóficos e políticos. Decorre também do fato do quantitativo de jovens nele matriculado representar uma fatia significativa de matrículas no ensino médio e na educação profissional.

De acordo com os dados do último censo da educação básica, referentes ao ano de 2022 (INEP, 2023), das 7.866.695 matrículas realizadas no ensino médio, 750.125 foram no ensino médio integrado. Ou seja, o ensino médio integrado representa quase 10% do total de matrículas do ensino médio. Se considerarmos o quantitativo de matrículas na educação profissional, a importância do ensino médio integrado é bem mais expressiva; pois ele representa 34,8% do total de matriculados na educação profissional.

De acordo com INEP (2023), do total de matrículas no ensino médio integrado, as redes estaduais detiveram 63,2% desse montante, enquanto a rede federal foi responsável por 28,5% do total de matrículas. No que se refere às instituições que ofertam ensino médio

integrado, das 3.877 escolas ofertantes, 75,7% foram das redes estaduais, 14,4% da rede federal e 9,4% da rede privada. Esses dados explicitam a importância do ensino médio integrado, bem como a expressividade das redes estaduais na sua oferta.

Considerando que o quantitativo de pesquisas sobre o ensino médio integrado na rede federal é bem mais expressivo do que o realizado nas redes estaduais, bem como há uma quantidade significativa de trabalhos que veiculam os resultados destas investigações, objetiva-se analisar as teses e dissertações que analisaram as experiências de ensino médio integrado nas escolas das redes estaduais. Este trabalho veicula o resultado de uma investigação que objetivou apreender como vem se materializando o ensino médio integrado nas escolas das redes estaduais.

METODOLOGIA

Considerando que a modalidade ensino médio integrado passou a ser regulamentada a partir do **Decreto nº 5.154, em julho de 2004, delimitou-se como corte cronológico o período de 2006 a 2020.**

Foi feito o levantamento de todas dissertações e teses concluídas neste período que tivessem em seus títulos o descritor “Ensino Médio integrado” e os descritores “ensino Médio” e “integração”.

Chegamos a uma amostra final de 424 trabalhos, composta por 373 dissertações e 51 teses.

Para o levantamento das teses e dissertações foi utilizado o portal “Dados Abertos da CAPES”, especificamente no catálogo de teses e dissertações.

É importante destacar que estes dados são oriundos dos instrumentos utilizados pela CAPES para a avaliação dos cursos de Pós-Graduação stricto sensu.

Foram selecionados os trabalhos que abordassem temáticas diretamente relacionadas com a materialização da integração nas redes estaduais, e desta seleção, restaram 43 dissertações e 03 teses. Estes trabalhos tiveram suas conclusões (considerações finais) analisadas.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Constatou-se que apenas 12 estados brasileiros tiveram suas experiências investigadas.

A maioria das pesquisas argumentaram que os profissionais envolvidos na implantação do ensino médio integrado não conheciam seus fundamentos. Mesmo existindo no plano dos cursos, no projeto político pedagógico e nos planos estaduais de educação, a defesa de uma formação integral, não implicava que os princípios do ensino médio integrado estivessem compreendidos por gestores e professores.

Os docentes não conseguiam ter uma visão diferente de como trabalhar os conteúdos de suas disciplinas, muito menos como instaurar novas práticas no referente a articular os conteúdos delas com outros componentes curriculares. Não sabiam o que representava práticas integradas no âmbito curricular.

Persistiu o planejamento individual, isolado, mantendo as posturas tradicionais. No caso dos professores ligados à área técnica predominou a defesa e o norteamento de práticas pela formação por competências.

Segundo as pesquisas, em decorrência do desconhecimento do currículo e da formação integrada, havia um sentimento generalizado da necessidade de desenvolvimento de ações de formação continuada dos professores, principalmente em relação ao que representava a mudança com o ensino Médio Integrado em relação aos modelos tradicionais de formação profissional que existiam no ensino médio.

Algumas redes realizaram seminários, encontros e breves capacitações no sentido de sensibilizar os docentes e gestores em relação à nova proposta curricular. O processo de sensibilização dos gestores e docentes ou a formação continuada ocorreu de formas variadas. Houve casos em que a rede só se preocupou em capacitar diretores e auxiliares da direção.

Com relação aos professores da formação profissional, seu desconhecimento em relação ao ensino médio integrado era maior, principalmente em virtude de muitos deles, não terem relação direta com a educação básica, não serem licenciados e terem contratos temporários.

Os estudos analisados demonstram ter havido um tensionamento entre professores da educação profissional e os da formação geral no processo de implantação do Ensino Médio Integrado. Para os professores da formação técnica, o fundamental seria assegurar que, no processo formativo, os alunos desenvolvessem competências que lhes possibilitassem ingressar no mercado de trabalho. E em virtude de muitas redes terem a preocupação com o desempenho dos seus alunos nos exames em larga escala e terem o objetivo de assegurar um maior número de egressos no ensino superior, houve também a valorização da formação nos conteúdos gerais, em detrimento da formação profissional, por parte dos docentes da formação geral.

A integração estava presente nos planos de curso, no projeto político pedagógico da escola, muitas vezes, construídos sem a participação da comunidade escolar, contrariando o princípio da gestão democrática que deve ter uma escola de ensino médio integrado.

Esta situação se tornou mais complexa quando as redes analisadas fizeram a opção de estabelecer parcerias com instituições privadas. No geral, as redes ficaram com a responsabilidade da formação geral e a iniciativa privada com a educação profissional. É possível supor que estas ações ocorreram em ambientes diferentes, pois, em muitos casos, manteve-se o modelo curricular tradicional, no qual as disciplinas profissionais ocorrem mais

ao final do curso.

Nestes casos, estava posta uma complexa e contraditória relação/disputa no interior do ensino médio integrado. Enquanto parte dos profissionais colocou-se em defesa uma proposta inovadora, confrontando-se com os projetos tradicionais; para os gestores da rede era fundamental que a formação profissional aumentasse empregabilidade dos alunos.

Vários trabalhos destacaram haver reclamações de gestores, professores e alunos em relação ao “não investimento” do governo estadual visando a integração. Houve questionamentos em relação à inexistência ou à precariedade dos laboratórios, à falta de salas de aula, bem como sobre escolas de tempo integral que não apresentam acomodações adequadas à permanência dos alunos por dois turnos.

Houve muitas reclamações por parte de alunos sobre professores da formação profissional não terem a competência necessária para assumirem a docência no ensino médio. Em alguns casos, alunos registraram seu descontentamento com as disciplinas profissionais e a ausência de relação entre o que se fazia na escola e o mundo do trabalho. Para eles, isto decorria de as disciplinas serem muito teóricas e poucos eficazes para prepará-los para uma futura inserção no mercado de trabalho. No entanto, esta insatisfação não determinou que os estudantes deixassem de considerar que a formação no ensino médio integrado estaria contribuindo para seu futuro profissional.

Nas pesquisas preocupadas em analisar os egressos do ensino médio integrado, constatou-se que os cursos promoviam pouca empregabilidade, mas “compensavam”, em função de possibilitar a um quantitativo maior de jovens entrar no ensino superior.

Outro ponto muito evidenciado como aspecto negativo para a consolidação da oferta de ensino médio integrado foi a descontinuidade da equipe docente. Em virtude de existir uma prática consolidada de não realizar concursos públicos e recorrer continuamente a contratos temporários, o pouco que se realizava enquanto ação de formação continuada dos professores era desperdiçado, uma vez que, constantemente, a equipe docente estava sendo renovada.

Nesta lógica de desvalorização dos professores, as pesquisas também relatam as dificuldades que os docentes tinham de participar de ações mais coletivas e de fortalecimento do ensino médio integrado, em virtude de terem uma carga horária excessiva e trabalharem em mais de uma escola. As práticas de não realização de concurso, uso excessivo de professores temporários, a falta de condições para os professores desempenharem melhor sua profissão, decorrente da inexistência de laboratórios apropriados e o excesso de trabalho dos professores atuaram como empecilhos para a consolidação da proposta de ensino médio integrado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível perceber nas pesquisas analisadas que os governos que estavam em sintonia com os pressupostos da política educacional do governo Lula e reproduziam seus documentos de política educacional, tendiam a dar mais importância ao ensino médio integrado e efetivar uma política mais consistente para garantir sua implementação.

Nestes casos a realização de atividades de sensibilização, reestruturação da gestão do ensino médio e da educação profissional, criação de uma rede de educação tecnológica, de construção dos projetos políticos pedagógicos das escolas e a retomada o controle da oferta da educação profissional, extinguindo as parcerias público-privadas, foram algumas de suas ações.

No geral, conclui-se que o crescimento da oferta de ensino médio integrado nas redes estaduais representa mais uma preocupação em ofertar educação profissional para os jovens mais pobres do que instituir uma perspectiva de formação que se contraponha às práticas históricas de oferecer uma educação precarizada para os jovens da classe trabalhadora. Importante destacar que muitas das experiências de oferta do ensino médio integral ocorreram em escolas de tempo integral, deixando evidenciado que ensino médio integrado não se confunde como ensino médio em tempo integral.

REFERÊNCIAS

LIMA, Marcelo; MACIEL, Samanta Lopes. Os ataques em curso contra a Rede Federal Profissional e Tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 1, n. 22, mar. 2022. p. 1-13.

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação Em Questão**, Natal, v. 52, n.38, mai./ago. 2015. p. 61–80.

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2022**. Brasília: Inep, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>>. Acesso em: 16 mar. 2023

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. **Ensino médio brasileiro: dualidade, diferenciação escolar e reprodução das desigualdades sociais**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019.

NOSELLA, Paolo. Ensino médio: em busca do princípio pedagógico. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 117, out./dez. 2011. p. 1051-1066.

GONÇALVES, Suzane da Rocha Vieira. Interesses mercadológicos e o “novo” ensino médio. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, jan./jun. 2017. p. 131-145.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise Nogueira (Orgs.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

